

**“HIGHLY IMPORTANT! REVOLUTION IN BRAZIL”: a
divulgação da república de Pernambuco
de 1817 nos Estados Unidos**

Flávio José Gomes Cabral
(Universidade Católica de Pernambuco)

Resumo: O artigo busca estudar as articulações do governo republicano instalado em Pernambuco em 1817 com o governo norte-americano, através de seus emissários, entre eles, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, que não mediu esforços para assinar acordos importantes em benefício da jovem república instalada no Norte do Brasil.

Palavras chaves: Revolução de 1817, Estados Unidos, missão Cabugá.

Abstract: The article seeks to study the joints of republican government installed in Pernambuco in 1817 with the US government, through his emissaries, among them Antonio Gonçalves da Cruz (Cabugá), who spared no efforts to sign important agreements for the benefit of the young republic installed in Northern Brazil .

Keywords: Revolution 1817, the United States, Cabugá mission.

Logo após o levante militar iniciado no Recife, no dia 6 de março de 1817, os revolucionários tomaram conta da situação, invadindo as ruas, empunhando armas e gritando palavras de ordem de “viva a Pátria”. Muita gente amedrontada se refugiou em suas casas ou abandonaram a localidade à procura de lugar seguro. No dia imediato, uma comissão se dirigiu até o forte do Brum, onde se encontrava refugiado o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, seus familiares e alguns oficiais de sua confiança que sem grandes delongas, concordou em assinar a capitulação, seguindo de imediato para a Corte do Rio de Janeiro. Lá seria julgado e preso na ilha das Cobras, acusado de falta de pulso para conter os insurretos. Após a publicação da capitulação, alguns oficiais começaram a arrancar as insígnias reais de suas barretinas, que foi seguido por outros. Espalhada a notícia da rendição do mandatário provincial e divulgada a vitória dos insurgentes, muita gente, ávida de curiosidade, correu para a praça, lugar em que se achava o Erário provincial, hoje Praça da República, antigo Campo da Honra, na expectativa de participar da escolha do novo governo.

Em um Estado, que aspira pela liberdade, os governantes devem ser eleitos pelo povo ou por seus representantes, munidos de “poder especial,” explicou posteriormente o padre revolucionário Muniz Tavares.¹Sob essa perspectiva, o comerciante Domingos Antônio Martins, uma das lideranças do movimento, resolveu indicar nomes para compor o eleitorado que deveria eleger o Governo Provisório da República. Era uma novidade, vez que até então, em termos eleitorais, o que se conhecia eram as velhas eleições para vereadores das câmaras municipais. Tal eleitorado era composto por setores das elites proprietárias. Não que Marti

tenha deixado de fora esse setor, mas teve o cuidado de incluir nomes ligados aos grupos subalternos, como os de Joaquim Ramos de Almeida, mestre-de-campo do terço velho dos Henriques, e Tomás Antônio Ferreira Vila Nova, mestre-de-campo do terço novo dos Henriques, os quais reunidos com as outras treze pessoas em uma das dependências do Erário elegeram os representantes do governo provisório da República de Pernambuco.² Esta composição foi anunciada à população através de um bando, lido pelas ruas, a toque de caixa e era formado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, o magistrado José Luís de Mendonça e o proprietário Manoel Correia de Araújo.

O governo recém-empossado organizou-se provisoriamente, a fim de nortear o movimento e conferir-lhe uma unidade de comando. Muitas vezes seus componentes se indispunham, conforme observou Glacyra Leite.³ Entretanto, havia gestos de solidariedade entre eles. Logo concordavam em propor soluções políticas para os problemas comuns. Com a finalidade de esclarecer à população os motivos da rebelião, foram editadas várias proclamações, além de um documento intitulado “Preciso”, escrito em 10 de março de 1817, por José Luís Mendonça, os quais procuravam explicar os motivos do rompimento de Pernambuco com o rei bragantino, acusado de ser tirano, cerceador das liberdades e de onerar a população com pesados tributos. Por outro lado, para atrair a simpatia de todos, o governo revogou, em 20 de outubro de 1812, o alvará régio que tributava lojas de fazendas, de secos e molhados, e canoas. Em 8 de março, procurou regulamentar o soldo dos militares, setor necessário para manter a defesa e a ordem pública. Apesar de todos esses aparatos, a população, de um modo geral, manteve-se cautelosa por temer que nada desse certo, o que fatalmente acabaria por desabar sobre suas cabeças. Pois bem, bastou que as tropas reais desembarcaram em Barra Grande, região fronteira de Pernambuco com Alagoas, para a rebelião mostrar seus pontos fracos. Neste ponto, explica Marcus Carvalho,⁴ morreu mais gente enforcada, fuzilada e linhada pela repressão, do que combatendo pela República.

Enquanto a revolução não tivesse alcançado todas as comarcas⁵ que integravam a província e enquanto não se convocasse uma Assembleia para elaborar a futura Carta constitucional da República, os poderes executivo e legislativo permaneceriam unidos. Entretanto era necessário o quanto antes aparelhar as tropas militares para a defesa da revolução contra a fúria do monarca. Em face da escassez de recursos, resolveu o governo recorrer aos particulares para que ajudassem na organização dos corpos de cavalaria, e apelou

aos comerciantes que vendessem seus estoques bélicos.⁶ Em nenhuma destas solicitações foi atendido. Quanto aos comerciantes, ou esconderam seus estoques por motivos que não se conhece ou talvez porque a oferta não condizia com o preço do mercado, concorrendo para que o governo ordenasse o sequestro de armas encontradas nas casas particulares.⁷ Diante da situação, percebeu-se ser necessário buscar apoio externo. Esta preocupação não pôde ser entendida apenas como estratégia para manter o movimento, mas uma tática para garantir alianças e acordos comerciais e diplomáticos. Os homens do poder não pretendiam modificar as questões relacionadas com a produção e o comércio externo. Pelo contrário, tais atividades eram consideradas necessárias e dependia de entendimentos comerciais e diplomáticos urgentes.

Entre a maioria dos revolucionários, era notável a admiração pelos Estados Unidos, jovem nação que há cerca de quatro décadas havia conquistado sua independência, depois de vivenciar um processo revolucionário. A história dos protagonistas daquela independência parecia estar inculcada no pensamento dos que sonhavam fundar no Brasil uma república inspirada nos moldes políticos federalistas ali adotados. Atente-se para o fato de que muitas pessoas pegaram em armas em, 1817, sonhando em transformar a província em um Estado independente, cujo sistema baseava-se no governo americano, que parecia ser o mais perfeito do mundo. Não foi, porém, compatível com a realidade local e da própria América portuguesa, porque mesmo entre aqueles que defendiam as ideias liberais, seus interesses falavam mais alto, como o caso das questões da escravidão. Este tema assustava muito, a ponto de se resolver que a abolição seria “lenta, regular e legal”. Um caso para ser resolvido no futuro. Neste sentido, lembra Maria Odila Dias,⁸ “o paroquialismo elevava-se mais alto que a sua fé nos princípios abstratos dos direitos dos homens”.

O federalismo parecia ser um modelo mais adequado à tradição autonomista local. Como o sistema soava complicado ao entendimento comum, o padre João Ribeiro, um dos pais da revolução e membro do governo provisório, resolveu explicar seu funcionamento. Em 31 de março de 1817, ao se dirigir ao governo revolucionário da Paraíba, procurou esclarecer ser aquele um modelo mais sensato, vez que todas as províncias deviam formar uma só república, cuja capital seria fundada no interior da federação cerca de umas 30 ou 40 léguas da costa, possivelmente no centro da Paraíba. Evidentemente lá deveria abrigar a sede do governo e do Congresso.⁹ Os idealizadores da revolução também dirigiram seus olhares para a América do Norte, quando pensaram em esboçar o futuro projeto de Constituição. Esta, no

entanto, deveria receber “aquelas alterações ou modificações análogas aos costumes do país”.¹⁰

Diante do exposto, as lideranças revolucionárias não perderam tempo em tentar aproximar a jovem república sul-americana da nação ianque. Ao que tudo indica, tal desejo era antigo, como se vê expresso em uma carta-testamento que o irrequieto padre maçom Arruda Câmara (1752-1810), de forma misteriosa deixou para o também maçom padre João Ribeiro, tido por seu “escolhido”, escrita em Itamaracá em 2 de outubro de 1810. O documento fala em uma obra secreta que seu discípulo deveria enviar para os Estados Unidos para ser entregue “ao nosso amigo N por nela conter coisas importantes, que não convêm ao feroz despotismo ter dela menor conhecimento”.¹¹ Resta-nos saber quem era o misterioso amigo N? Algum maçom como ele? O documento, ao se referir ao Brasil, dizia que “as fases porque têm que passar (...) mostrarão em que deve ficar o governo sobre representante da nação” e pedia que remetesse com brevidade “a minha circular aos amigos da América inglesa e espanhola, sejam unidos com esse nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um; e quando não for assim sustentem uns aos outros”. Escrita em um momento de grande turbulência no continente sul-americano, a referida carta, em suas entrelinhas, parece arquitetar planos para a futura revolução, sua forma de governo e união com toda a América.

A escolha do abastado comerciante mulato Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido pelo nome de Cabugá, para atuar em Washington como ministro plenipotenciário, talvez não tenha sido obra do acaso. Teria sido uma indicação do padre João Ribeiro então membro do governo provisório? O emissário pertencia às rodas maçônicas, tendo frequentado as academias do Paraíso e do Cabo e provavelmente se iniciado na Europa quando para aquela localidade viajou no final dos setecentos. Era grande entusiasta das revoluções americana e francesa, possuindo, inclusive, em sua casa da cidade, rica biblioteca em cujas paredes ostentava quadros de grandes vultos que tomaram parte naquelas revoluções. Herdou a fortuna e o apelido que o imortalizou, proveniente da rua onde moravam nos arredores da matriz de Santo Antônio. A referida casa serviu de encontros maçônicos e era chamada pelos portugueses de “capela de batizados maçônicos”.¹²

Os olhos do governo provisório procuraram, no entanto, alcançar também a Inglaterra, mesmo sabendo que se tratava de uma velha aliada e parceira comercial da coroa portuguesa, que poderia continuar usufruindo do comércio pernambucano. Para esta localidade foi

pensado para atuar como agente diplomático o jornalista Hipólito da Costa, redator do “Correio Braziliense”, que não aceitou a indicação. Além destes importantes países, foi enviado para Buenos Aires, área do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, um emissário, Félix José Tavares Lira que mais tarde se tornaria deputado por Pernambuco nas Cortes Gerais e Extraordinárias Portuguesas e, em 1833, com rápida passagem como presidente provincial.

Em 1908, quando Oliveira Lima escreveu “D. João VI no Brasil”, ao fazer alusão à repercussão no exterior da revolução, disse que foi nula, que não houve tempo do governo revolucionário manter contato com a América espanhola, ou com os Estados Unidos.¹³ Mais tarde, em 1917, por ocasião da reedição da obra de Muniz Tavares “História da Revolução Pernambucana de 1917”, mostrou-se cauteloso ao escrever as “Anotações” à obra citada. O autor não desconhece as missões diplomáticas de Cabugá nos Estados Unidos e a de Félix Tavares Lira em Buenos Aires. Esta última missão passaria, a partir de então, a figurar na historiografia. Após Glacyra Leite, os autores Luiz Geraldo da Silva e João Paulo Pimenta, em instigante artigo sobre a temática, avançam significativamente sobre a referida missão, procurando questionar quais seriam os interesses do governo revolucionário em solicitar apoio a uma região que vivia constante conflito devido à sua separação da Espanha? Os autores chegam a sustentar que os recentes acontecimentos na América espanhola, quando se vivia sua descolonização, constituíam um laboratório para tais sujeitos históricos, fornecendo-lhes exemplos, paradigmas e moldes políticos que muito ajudaram a construir seus projetos políticos. Neste caso, o próprio modelo de junta republicana, como já havia percebido Glacyra Leite,¹⁴ pode ter sido inspirado em outras regiões vizinhas do continente sul-americano.¹⁵

Antônio Gonçalves da Cruz, antes de seguir seu destino, presidiu o Erário, ao passar o comando da instituição para o comerciante Gervásio Pires Ferreira, que mais tarde por ocasião do movimento vintista, presidiria, em 1821 e 1822, a junta do governo pernambucano. A intenção daquela nomeação era procurar estreitar alianças entre as repúblicas e possivelmente o reconhecimento do novo Estado. Alguns estudiosos, ao se reportar à sua atuação, dizem que foi frustrada ou insignificante ou que faltou visão política. Observadas as correspondências de Cabugá, das autoridades estadunidenses, do embaixador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o abade José Correa da Serra¹⁶ ou as matérias publicadas em jornais norte-americanos sobre a revolução e seu emissário, deduz-se o contrário. Para Mourão,¹⁷ a experiência de 1817, apresentou pela primeira vez ao mundo um Brasil não português, amotinado e republicano. Com Cabugá, explica o autor, aportou nos

Estados Unidos um Brasil novo, e sua atuação “esteve perfeitamente de acordo não apenas com a situação internacional, mas também com as expectativas do próprio enviado e do governo provisório da revolução”.

Na realidade, o governo da República de Pernambuco não cria que os Estados Unidos reconhecessem aquele Estado por ser essa a política que vinha adotando em relação às ex-colônias espanholas em processo de independência. Pelo ato de nomeação de Cabugá, ocorrida em 28 de março de 1817, o governo provisório deixou claro que “ainda (...) que o dito governo não reconheça publicamente a independência do povo pernambucano”, que o nomeado conseguisse permissão para a compra de armamentos e munições bélicas, além de alimentos então caros e em falta em Pernambuco.¹⁸ No dia anterior, os membros do governo provisório redigiram um documento que norteava as ações do emissário na América do Norte. Recomendava-se que Cabugá, ao chegar a seu destino, procurasse entrar em contato com famílias influentes a fim de que elas pudessem intermediá-lo junto à secretaria de Estado e assim apresentar suas credenciais; que procurasse contratar os serviços de alguns experimentados militares franceses, que outrora serviram a Napoleão Bonaparte e então se encontravam na América por não se sujeitarem a Luís XVIII, prometendo-lhes soldos e vantagens com a finalidade de serem engajados nos exércitos pernambucanos; que procurasse motivar os especuladores a comercializar materiais de guerra, fazendo-os sentir o lucro que advirão das transações, sobretudo a quebra de taxas e impostos; que espionasse o embaixador Correa da Serra e procurasse desfazer a impressão negativa que o mesmo iria construir contra a revolução; que, o dinheiro que iria receber do erário, deveria ser aplicado na compra de materiais de guerra e devidamente solicitado por Gervásio Pires Ferreira.¹⁹

Para os que consideraram a missão de Cabugá infrutífera, tendo como único resultado a nomeação de Joseph Ray para atuar como cônsul geral dos Estados Unidos em Pernambuco, tal informação merece ressalva.²⁰ Ray fora nomeado para tais funções em julho de 1816,²¹ e desembarcou no porto do Recife, em 6 de junho de 1817, quando a revolução havia sido debelada. O diplomata se instalou nas imediações da Igreja da Madre de Deus, importante bairro portuário pertencente à freguesia de São Frei Pedro Gonçalves. Na casa onde residia, despachava e desenvolvia também seus negócios, sendo parceiro de William Bryan, com quem fundou a firma Ray & Bryan, que na Filadélfia teria ajustado com Cabugá a vinda do navio mercante Sally Dana (capitaneado por Thomaz Ray) com suprimentos para os revolucionários.²²

Descendente de uma família de comerciantes e de homens do mar, não era a primeira vez que ele desembarcava nos trópicos. Em 1811, esteve em Pernambuco ao realizar sua primeira viagem comercial e, daquela data em diante, passou os próximos anos entre sua terra, a Filadélfia, e o Recife. Talvez devido a estas experiências, somadas ao seu bom relacionamento, tudo tenha contribuído para que fosse indicado cônsul em Recife. Esta indicação não foi mérito de Cabugá como se pensou.²³ De sua nomeação até sua chegada se passou cerca de um ano, embora não esteja claro se durante este intervalo houve, algum contato com os agentes dos rebeldes, mas talvez tenha tido pelo menos conhecimento das agitações locais.²⁴ Ao aportar no Recife, o cônsul se tornou testemunha ocular das perseguições feitas pela coroa aos suspeitos de rebelião. Por ser homem avesso à política do Antigo Regime e contrariando as autoridades provinciais instaladas após o desbarate da revolução, passou a esconder em sua residência suspeitos de participação no dito movimento. Tal comportamento gerou reclamações, a ponto de D. João VI demorar a receber suas credenciais. Pedidos não faltaram solicitando ao embaixador português que usasse todo prestígio para conseguir sua exoneração, só conseguida em 1818.²⁵

No dia 13 de março de 1817, partiu do Recife a bordo do Rowena, com destino aos Estados Unidos, o comerciante inglês Charles Bowen.²⁶ Antes de seguir seu roteiro, manteve contato com o governo revolucionário foi dada a ele a incumbência de advogar e propagar naquele País a revolução. Além de anunciar a chegada de Cabugá para tratar de assuntos de interesses bilaterais, bem como fazer entregar uma correspondência endereçada ao presidente James Monroe, que externava desejo de lhe oferecer “liberdade absoluta de comércio”, Bowen lembrava a admiração que aquela nação despertava, enfatizando que a revolução em curso, em muitas de suas atitudes e diretrizes políticas, havia se espelhado no exemplo que aquela nação oferecia ao mundo.²⁷ Na realidade, desde a fase de gestação da revolução, sabia-se das aspirações norte-americanas em participar do comércio nos trópicos e se aproximar da corte joanina. Tais desejos eram prejudicados, no entanto, pelo favoritismo que a coroa demonstrava pela Inglaterra, que havia se tornado a principal beneficiária pela Carta Régia de 1808. Para a imprensa estadunidense, isto talvez não fosse empecilho; o importante era que o país procurasse, de alguma maneira, tirar algum proveito da situação, como assim sugerira o *New York Herald*, em sua edição de 9 de julho de 1808.²⁸

Quando o navio que transportava Charles Bowen fundeu em Barbados, ele trocou de embarcação, rumo aos Estados Unidos, a bordo do brigue Herald, não sem antes espalhar as

novidades brasileiras que, sem grande demora, alcançariam a Inglaterra. Bowen chega a seu destino no dia 23 de abril, nos Estados Unidos e imediatamente se dirigiu à redação do *Norfolk Herald Office* para relatar os passos da revolução e seus objetivos. Com a seguinte manchete *Highly important! Revolution in Brazil*, a matéria informava que o movimento havia se iniciado após uma desavença entre militares. Enfatizava que quando um coronel tentava colocar na prisão os culpados, alguns oficiais resistiram e, neste interregno, foi morto o oficial do gabinete do governador, gerando contratempos que acirraram a rebelião que tomou as ruas.²⁹ Estas notícias tiveram repercussão e seriam reproduzidas no *National Intelligencer* de 29 de abril, no *Georgetown Messenger*, de 2 de maio, e no *Boston Patriot*, de 17 de maio.

A ideia de Bowen era seguir para Washington, a fim de firmar alguns compromissos com as autoridades do país. Antes de seguir para a Capital, esteve em Baltimore, onde comprou armas e munições nas casas Vankass & Brune e Thomaz Tennat & CIA. Este material bélico foi despachado para Pernambuco em dois navios, que zarparam nos dias 6 e 7 de maio de 1817. Em Washington, o emissário inglês foi recebido no dia 2 de maio pelo secretário interino de Estado Richard Rush,³⁰ gerando protestos do embaixador Correa da Serra. Este, desejoso de saber o motivo do encontro e que assuntos foram aventados, parte no dia 29 de abril para Washington onde chegou no dia 1º de maio. Imediatamente o embaixador foi se encontrar com o secretário de Estado que o recebeu com indiferença e nada acrescentou. Apenas asseverou que nada havia acontecido naquele encontro e que o governo em nada tinha se comprometido com o comerciante inglês Bowen.

Contratempos entre Rush e o embaixador Correa da Serra foram constantes. No momento oportuno, quando o secretário de Estado deu ciência ao presidente Madison das ocorrências que designou de “Caso Bowen”, relatou que entre os diplomatas acreditados em Washington, o embaixador português era “aquele com quem mantinha relações menos polidas” e acrescentava que “os fatos ocorridos em Pernambuco agravavam as suas relações com Correa da Serra”.³¹ Estes aborrecimentos se agravaram com a presença de Cabugá. Correa da Serra adotou decisões drásticas inclusive em termos diplomáticos, quando mandou publicar na imprensa sem ter recebido notas oficiais do Rio de Janeiro sobre a queda da revolução.³²

O embaixador Correa da Serra tomou conhecimento das agitações pernambucanas no dia 28 de abril, por intermédio de um recorte do jornal de Norfolk, do dia 24, a ele enviado por um amigo. O diplomata, a partir de então, se dedicou de corpo e alma a impedir que agentes dos rebeldes lograssem sucesso na América do Norte e, para isso, procurou usar de toda sua influência e intensa rede de espionagem para vigiar os passos dos agentes dos insurreccionados. Na carta que escreveu ao ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, o Conde da Barca (Antônio de Araújo Azevedo), em 31 de maio de 1817, o abade, além de relatar os contatos realizados por Bowen, descrevia que, em Brandywine, a fábrica Dupont tinha ordem para despachar pólvoras para Pernambuco.³³

Antônio Gonçalves da Cruz deixou Recife no domingo de Páscoa, 6 de abril de 1817, acompanhado do seu secretário e intérprete Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (sobrinho de Gervásio Pires e futuro Barão de Cimbres), desembarcando no Porto de Boston, no dia 14 de maio. Sua chegada repercutiu favoravelmente em vários jornais, entre eles o *Boston Daily Advertiser*, de 15 de maio, no *Boston Patriot* do dia 16 e no *National Intelligence*, do dia 17.³⁴ O movimento era descrito com entusiasmo pela imprensa e, diga-se de passagem, foi também notícias em jornais sul-americanos e europeus. Neste ponto, o movimento de 1817 diverge de outros movimentos brasileiros. Talvez nenhum outro tenha tido tanta repercussão no exterior como foi o caso desta rebelião. O *The Philadelphia Aurora*, de 26 de maio, a exemplo dos demais, além de cumprimentar o recém-chegado, exigiu que o governo apoiasse os pernambucanos e previa que devido a um documento recente, o embaixador Cabugá poderia ter uma “recepção fria” em Washington. Solicitava ainda que ele fosse “cordialmente recebido (...). A causa da independência sul-americana é tão querida (...) para o governo [itálico no original] dos Estados Unidos como é para o povo (...)”.³⁵

Acredita-se que o “documento recente” a que se refere o *The Philadelphia Aurora* deva ser a recente Lei de Neutralidades, sancionada em 3 de março pelo presidente Madison. Segundo o documento, os Estados Unidos procurariam manter-se imparciais em relação às guerras libertárias eclodidas nas antigas colônias espanholas na América. Tal atitude evitava melindrar as relações delicadas com a Espanha devido aos problemas de fronteira. Tal neutralidade, no entanto, era aparente, como desconfiava o abade Correa da Serra, e esta desconfiança pôde ser explicada em uma correspondência escrita pelo secretário de Estado John Quincy Adams, em 27 de agosto de 1818, a seu correspondente portenho Manuel H. de Aguirre. Ali esclarecia que mesmo se o seu País houvesse decidido manter-se neutro, isto não

o impedia de ir a Washington para tentar obter “navios de guerra para os governos de Buenos Aires e do Chile”.³⁶

Por meses a fio, as questões relativas às ebulições políticas ocorridas no Norte do Brasil em 1817 estiveram na ordem do dia. A imprensa norte-americana, por um bom período, deu cobertura ao acontecimento, inclusive procurando incentivar a opinião pública a apoiar a revolução. Os diversos membros de corpos diplomáticos assistiam ao desenrolar dos fatos com ansiedade, enquanto os mais otimistas achavam que havia chegado a hora da monarquia ser varrida do continente. Uma carta escrita pelo ex-presidente Thomaz Jefferson a John Adams, em 14 de maio de 1817, externava estes desejos. Dizia o prócer norte-americano ao velho herói da independência que Portugal havia perdido Pernambuco e “não será de admirar que o Brasil todo se levante e mande a família real para Portugal. O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pátria”.³⁷ Em maio de 1817, o ex-presidente John Adams havia recebido Cabugá e, seu secretário e intérprete Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, ficando impressionado com os visitantes principalmente o embaixador de Pernambuco, e chegou a externar em 26 de maio a Jefferson que

tendo estado por um ano ou dois em uma situação semelhante, não pude deixar de simpatizar com ele. Como diz Bonaparte, a Idade da Razão não terminou. Nada pode extinguir totalmente ou eclipsar a luz que foi difundida pela imprensa.³⁸

Apesar de todo o contratempo, Antônio Gonçalves da Cruz teve livre trânsito nos Estados Unidos, conseguindo se reunir com personalidades importantes, como o ex-presidente John Adams e posteriormente em 5 de junho, na Filadélfia, com o enviado da presidência da república Caesar Augustus Rodney, então membro da comissão para assuntos sul-americanos,³⁹ e Willian Jones, presidente do Banco Central. Naquele dia, foram firmados acordos bilaterais que, ao passarem posteriormente pelo crivo de Richard Rush, ficaram assim ajustados: (a) mesmo que o governo não reconhecesse a república pernambucana, sua bandeira e seus navios mercantes poderiam entrar livremente em todos os portos dos Estados Unidos, determinação que se estendia às embarcações de guerra e corsárias vindas da nova república; (b) os Estados Unidos jamais consentiriam que os portos pernambucanos fossem nominalmente bloqueados e que não houvesse ali uma força armada e efetiva; (c) o governo americano não impediria que comerciantes e particulares remetessem para Pernambuco

apetrechos bélicos ou outros gêneros. Não se responsabilizaria, porém, pelas embarcações que fossem tomadas pelos inimigos daquele governo; (d) devido a alguns compromissos existentes entre os Estados Unidos e os governos da Europa, o País não podia, por enquanto, reconhecer o emissário do governo de Pernambuco.⁴⁰

Mesmo não aceitando formalmente o Estado pernambucano, por questões ilustradas, os Estados Unidos não viram empecilho para que Antônio Gonçalves da Cruz permanecesse naquele País. A secretaria de Estado recomendava que ele não escolhesse a Capital da República e que os veículos de comunicações estariam sempre abertos, evidenciando o caráter oficioso do reconhecimento da república. Quanto à questão da não fixação em Washington de representantes de governo não reconhecidos pelo governo estadunidense, o presidente James Madison já havia resolvido, em 1814 e 1815, quando Pedro Gual, enviado venezuelano, e José Manuel Herrera, representante dos insurgentes mexicanos ali chegaram pelas mesmas razões de Cabugá, e como não lograram o reconhecimento de seus países o primeiro passou a morar em Nova Orleans, e o segundo na Pensilvânia.⁴¹

Para os homens da geração da Revolução de 1817, entusiastas da política norte-americana, o fato daquela nação não ter reconhecido a República de Pernambuco sepultou seus sonhos. Muniz Tavares,⁴² amargamente, recordando sobre o desejo de liberdade se iludiu quando pensou contar com o apoio de governos que “professavam máximas liberais, principalmente os Estados Unidos da América do Norte” já que para ele o espírito daquela nação era mercantil e “os mercantes são avaros”. Quanto ao seu governo, “é tanto livre, quanto prudente; cordialmente saudará os oprimidos, que esmagam seus opressores, porque está certo que mais ganhará no comércio”.

Na audiência que Cabugá teve com o secretário Rush em 14 de junho foi-lhe entregue uma carta do governo que representava para que fosse entregue ao presidente, dando-lhe conta do andamento da revolução, além de uma aquarela da bandeira da república contendo notas explicativas em inglês sobre seus símbolos.⁴³ Uma gravura do referido pavilhão foi publicada no *Boston patriot* de 16 de maio de 1817. No dia 18 de junho de 1817, quando Cabugá ainda se encontrava em Washington e antes de deixar esta cidade com destino a Filadélfia, enviou uma carta a Richard Rush,⁴⁴ escrita em francês. Anexou uma cópia de uma mensagem do governo de Pernambuco dirigida ao secretário de Estado, acompanhada de uma estatística do Brasil com ligeiros comentários acerca das disposições sobre sua independência e uma cópia da bandeira pernambucana. Explicitava desejo de passar rapidamente por

Baltimore, onde comprou os seguintes armamentos: 300 pistolas e 300 sabres para cavalaria ligeira; 1.000 espingardas leves para caçadores; 2.000 espingardas leves para a infantaria semelhantes às utilizadas pela infantaria francesa. A esta lista, autorizada pelo presidente do erário Gervásio Pires Ferreira, Cabugá estava autorizado a adicionar outros armamentos: 200 pistolas para cavalaria; 2.000 espingardas para o uso dos caçadores que sejam leves e 7.000 espingardas para a infantaria não pesadas e a imitação da infantaria francesa.⁴⁵

Cabugá não parou um só momento na tentativa de executar os encargos a ele confiados. Após realizar viagens por algumas cidades norte-americanas, contatos e assinaturas de pactos, compra de armas e alimentos, restava buscar auxílio militar para a defesa de Pernambuco. Neste sentido, quando já se encontrava na Filadélfia, agendou encontro com José Bonaparte, ex-soberano espanhol e irmão de Napoleão Bonaparte, com o objetivo da contratação de experimentados soldados franceses, outrora a serviço deste. Vale ressaltar que com a prisão de Napoleão na África, na ilha de Santa Helena, se autoexilaram nos Estados Unidos, à espera de algum tipo de trabalho. José Bonaparte achou que aquele momento poderia ser importante para concretizar um plano de fuga para Napoleão e que vinha sendo maquinado havia algum tempo. Assim, pensou que o governo revolucionário poderia auxiliar naquelas operações, cedendo a ilha de Fernando de Noronha como ponto das operações de evasão do prisioneiro que daquele ponto seria conduzido para os Estados Unidos.⁴⁶

Não temos conhecimento dos detalhes do acordo de Cabugá e José Bonaparte em torno das questões da fuga de Napoleão, porém ficou ajustado efetivar a contratação de três militares; o coronel Latapie, o conde de Pontécoulant (Louis-Adolphe le Doucet) e os soldados Artong e Raulet, que embarcaram em Nova Iorque no dia 16 de junho de 1817 no cúter de bandeira norte-americana Paragon com destino a Pernambuco. Latapie, antes de embarcar, esteve secretamente com José Bonaparte, que lhe solicitou observar o estado das coisas [que vinham ocorrendo no Norte do Brasil]”. Instou ainda para que visse as possibilidades “de armar uma esquadilha de toda e qualquer forma” para ajudar no sequestro de Napoleão.⁴⁷ Quando o navio que os transportava chegou ao litoral brasileiro, tomaram conhecimento de que a revolução havia sido debelada e as forças realistas controlavam a região.

O que os militares franceses não sabiam é que estando os passos de Cabugá espionados pelos agentes do abade e que este, desconfiando daquelas movimentações, se

comunicara com o governador de Pernambuco Luís do Rego Barreto, recentemente nomeado por D. João VI, sobre o embarque deles em junho em um navio ancorado do porto de Nova Iorque.⁴⁸ O governador explicou ao monarca estar claro “que as tentativas para inquietarem esta Capitania poderão continuar”, mas esperava que nunca “tenham melhor sorte”⁴⁹ e que iria continuar se correspondendo com Correa da Serra na tentativa de evitar surpresas. Os prisioneiros responderam a inquérito e, por determinação do rei, foram expulsos do Brasil.⁵⁰

O abade se manteve vigilante, mesmo depois de Pernambuco voltar para os domínios reais. Assim, em 25 de julho, explicava ao conde da Barca que vários ex-soldados bonapartistas continuavam confabulando com Cabugá. Apesar de não acreditar que eles desejassem tomar o Brasil ou Portugal, era preciso continuar a vigilância. Tinha conhecimento de que muitos daqueles militares estavam embarcando de Baltimore para local desconhecido, mas acreditava que depois da tomada do Recife não se arriscariam a vir para o Brasil, talvez para Buenos Aires ou Chile.⁵¹ Para o diplomata português, a rebeldia pernambucana sinalizava que mudanças deveriam ser realizadas a começar pela administração das províncias, retirando dos governadores, que ele chamava de “reis de segunda classe”, o poder ,centralizando tudo nas mãos do soberano.⁵²

Quando o malogro da revolução já era conhecido, inclusive bastante noticiado na imprensa norte-americana, resolveu Cabugá remeter apelo ao presidente, no dia 20 de agosto, solicitando socorro para Pernambuco. O objetivo era pôr cobro às cenas sangrentas ocorridas na província para fazer justiça ao soberano bragantino. Apelava para a grande família dos imortais Washington e Franklin e não deixou de enaltecer o altruísmo político americano em socorro de uma população que tanto sonhou imitar aquelas virtudes.⁵³ Antônio Gonçalves da Cruz, ao tomar conhecimento do malogro da revolução, prontamente se depôs do cargo que vinha ocupando. Mudou-se, então, do Hotel de Renshaw, localizado na Filadélfia, para a casa de um português chamado Rosado na mesma cidade. Informava também que ele não parava de se encontrar com revolucionários sul-americanos, instalados nos Estados Unidos, o que muito o preocupava.⁵⁴

Em 1818, por ocasião do primeiro aniversário da revolução, vários emissários das rebeliões sul-americanas e alguns estadunidenses admiradores daquela causa, entre eles, Charles Jared Ingersoll, procurador geral dos EUA na Pensilvânia, reunidos na cidade da Filadélfia, no dia 21 de maio, em torno de Cabugá, participaram de um concorrido jantar onde

foi saudada “a liberdade de toda a América Meridional”. Pediu-se vingança aos “mártires da liberdade de Pernambuco” e a “extinção da tirania”.⁵⁵ Indubitavelmente, tanto o trabalho de Charles Bowen quanto o de Antônio Gonçalves da Cruz foram importantes e nos fornecem elementos para se entender os sonhos, a dinâmica, além do entusiasmo de uma geração que desejava aquilatar seus ideais. Se a revolução não triunfou, a província não conseguiu se curvar pacificamente à autoridade real. Um turbilhão de manifestações iria irromper nos anos vindouros, principalmente entre 1820 e 1821, motivados pelos novos ares liberais advindos da Revolução do Porto que mexeu com a província para adequá-la ao novo modelo político. Isto é, porém, outro assunto que não merece aqui ser esmiuçado.⁵⁶

NOTAS

¹ TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 57.

² O eleitorado reunido estava formado por Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Joaquim Ramos de Almeida, Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim José Vaz Salgado, Antônio Joaquim Ferreira de S. Paio, Francisco de Paula Cavalcanti, Felipe Nery Ferreira, Joaquim d’Anunciação e Siqueira, Tomás Ferreira Vila Nova, José Maria de Vasconcelos Bourbon, Francisco de Paula Cavalcanti Júnior, Tomás José Alves de Siqueira, João de Albuquerque Maranhão, João Marinho Falcão. TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 57. Sobre a participação da gente de cor no processo revolucionário de 1817, leia-se: SILVA, Geraldo Silva. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JACSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 497-520.

³ LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 192.

⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcanti e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, p. 331-366, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext. Acesso em: 20.12.2014.

⁵ Segundo anotações de Oliveira Lima, a obra de Muniz Tavares, a província estava fracionada em quatro comarcas regidas por ouvidores-corregedores: a de Pernambuco, de fato do Recife, fundada em 1645; a de Olinda, que cobria todo o norte, criada em 1815; a de Alagoas, que se espalhava pelo sul, criada em 1710; e a de Pajeú ou do sertão, fundada em 1809, cujo território cobria o oeste, incluindo os termos de Cimbres, Garanhuns, Tacaratu e Cabrobó, além do território situado à margem esquerda do rio São Francisco, perdido para Minas Gerais e depois para a Bahia, em função das turbulências políticas de 1824, ocorridas na província que desafiaram o primeiro imperador brasileiro. LIMA, Oliveira. Anotações. In: TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 249.

⁶ DOCUMENTOS históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 11, 12, 13, vol. CI.

⁷ LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 200-201.

⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 138.

⁹ MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. 2ª Ed. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, s.d, p. 321.

¹⁰ DOCUMENTOS Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 265, v. CIX.

¹¹ A referida carta encontra-se registrada na íntegra em: COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. 2ª Ed. Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1982, p. 641-643.

¹² MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, 2ª Ed. Recife, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, s.d, p. 321. COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. 2ª Ed. Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1982, p. 100-103.

¹³ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª . Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 505.

¹⁴ LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 222-225; LIMA; SILVA, Luiz Geraldo; PIMENTA, João Paulo G. Pernambuco, Rio da Prata e a crise do Antigo Regime na América ibérica: o “caso” de Félix José Tavares Lira. *Estudos Ibero-americanos*, v. 36, n. 2, Porto Alegre, PUCRS, 2010, p. 316 320.

¹⁵ Cf. MORA, Fernando López. *Pobreza y acción social en Córdoba (1750-1900)*. Córdoba: Servicio de Estado de Investigación; Madrid: Secretaria de Estado de Investigación, Desarrollo e Innivación, 2014, p. 238.

¹⁶ O abade assumiu as funções de embaixador nos Estados Unidos, em 1816. Homem ilustrado e interessado pela botânica privava da amizade com pessoas de grande prestígio social, entre elas figuras do cenário político norte-americano, James Madison, John Quincy Adams e Thomaz Jefferson. Quanto a este, chegou a frequentar sua residência em Monticello (Virgínia), ocasião em que se discutiam questões sobre agricultura e política. Sobre o diplomata leia-se: FARIA, António. *Concepção de história e prática política: o abade Correia da Serra (1751-1823)*. Lisboa, (História, Dissertação de Mestrado), 1999. DAVIS, Richard Beale. *The Abbé Correa in America, 1812-1820: The Contributions of the Diplomat and Natural Philosopher to the Foundations of Our National Life. Correspondence with Jefferson and Other Members of the American Philosophical Society and with Other Prominent Americ*. Philadelphia, The American Philosophical Society, 1955.

¹⁷ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 137.

¹⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 04, pasta 04.

¹⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 04, pasta 05.

²⁰ TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 375.

²¹ Bourdon, que teve contado em vários documentos portugueses e norte-americanos, explica: “Joseph Ray, nommé en juillet 1816, avait rejoint son poste qu'en juillet 1817. Rien apparemment ne laissait donc supposer que sa présence à Recife aût quelque rapport avec la révolution de Pernambouc”. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975, p. 94 (Fontes Documentais Portuguesas-VII).

²² A referida sociedade era especializada no ramo de importação de farinha, móveis e outros bens vindos dos Estados Unidos e, em troca, exportavam produtos locais como açúcar e melão. Antônia F. P. Wright. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 172-173 (Brasiliana, v. 367).

²³ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª . Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 507.

²⁴ FITZ, Caitlin A.. “A stalwart motor of revolutions”: an American merchant in Pernambuco, 1817-1825”, *The Americas*, 65:1, July 2008, p. 40-41.

²⁵ CUMIFORD, William Lloyd. *Political Ideology in United States Brazillian Relations, 1808-1894*. Phd (Dissertation in History). Faculty of Texas, 1977, p. 15.

²⁶ O pesquisador José Antônio Gonsalves de Mello encontrou, nas lápides do Cemitério dos Ingleses do Recife, a inscrição tumular que informa que Charles Bowen Esquire nasceu no condado de Norfolk, Inglaterra, em 27 de junho de 1772. Viveu em Pernambuco durante nove anos, depois partiu para o exterior e, em seguida, retornou ao Recife, onde veio a falecer em 2 de junho de 1822. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Ingleses em Pernambuco: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco no período de 1813 a 1909*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972, p. 42- 43.

²⁷ DOCUMENTOS históricos. *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 18-19, v. CI. A carta que se encontra no Arquivo do Departamento de Estado Norte-Americano “Notes from Pernambuco (Republic)” foi divulgada por KAHLER, Mary Ellis. *Relations between Brazil and United States, 1815-1825, with especial reference to the revolutions of 1817 and 1824*. Phd (History) – The American University, Faculty of the College of Arts and Sciences, Washington, 1968, p. 88.

²⁸ SAFIER, Neil, A chegada da corte portuguesa na ótica norte-americana, *Revista USP*, São Paulo, nº 79, p. 50, 2008.

²⁹ “Our informant, who is a resident of the town of Pernambuco, which place he left on the 13th March, states that this revolution was brought about by the concurrence of the military with the citizens on the 6th of March. It commenced at the barracks where a colonel of artillery, attempting to put some officers of the regiment stationed there under arrest, one of them ran him throw' with a sword, and the principal aid-de-camp of the governor, arriving and endeavoring to harangue the troops, was instantly shot”. Veja o texto completo em: BOURDON, Léon Bourdon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Caloustre Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975, p. 262-263. (Fontes Documentais Portuguesas-VII)

³⁰ Com a posse do presidente James Monroe foi nomeado secretário de Estado John Quincy Adams (filho do ex-presidente Jonh Adams), que até então exercia o cargo de embaixador em Londres. Enquanto este se encontrava na Europa, o cargo foi ocupado interinamente entre março e setembro de 1817 por Richard Rush. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Caloustre Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1917, p. 250.

³¹ VEIGA, Gláucio. O cônsul Joseph Ray, os Estados Unidos e a Revolução de 1817, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LII, Recife, p.272, 1979.

³² MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 59.

³³ Carta de Correa da Serra ao conde da Barra, datada de Washington, em 31 de maio de 1817. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Caloustre Gulbenkian, 1975, p. 293 (Fontes Documentais Portuguesas, VII)

³⁴ Léon Bourdon, *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*, Paris, Fundação Caloustre Gulbenkian, 1975, p. 270-271. (Fontes Documentais Portuguesas-VII).

³⁵ AHLER, Mary Ellis. *Relations between Brazil and the U.S., 1815-1825, with especial reference to the revolutions of 1817 and 1824*, Washington, The American University, Faculty of the College of Arts and Sciences (Phd History), p. 87.

³⁶ HOME, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 38.

³⁷ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 96.

³⁸ Léon Bourdon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 285.

³⁹ A referida comissão tinha como objetivo observar o andamento dos movimentos de independência ocorridos na América do Sul, a influência e o poder da Inglaterra na região, o futuro papel que os Estados Unidos poderiam ali exercer, bem como observar a ameaça da política de D. João nas regiões platinas. PINE, John C. Pine. “William G. D. Worthington: United States Special Agent, 1817-1819”, *Arkansas Academy of Science*, v. VII, Arkansas, 1958, p. 43 e 47. <libinfo.uark.edu/aas/issues/1958v12/v12a7.pdf> Acesso em: 15.11.2014.

⁴⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, lata 195, maço 4, pasta 5.

⁴¹ Carta de Correa da Serra, datada de Baltimore em 3 de abril de 1817, ao ministro marquês de Aguiar. Léon Bourdon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 258-259.

⁴² TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 104.

⁴³ O original desta gravura se encontra no Arquivo dos Negócios Estrangeiros de Washington, cuja cópia foi remetida em 20 de novembro de 1886 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por José Augusto Ferreira da Costa, então secretário da Legação do Império brasileiro em Washington e publicada em 1893, na revista do referido Instituto. COSTA, José Augusto Ferreira da. “Flag of the Republic of Pernambuco”, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, v. LVI, Rio de Janeiro, 1893, p. 122. DOCUMENTOS históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p. 258-259, 260-262, 262-265, 266, v. CIX.

⁴⁴ Carta de Antônio Gonçalves da Cruz, escrita na cidade de Washington em 18 de junho de 1817, ao secretário de Estado em exercício Richard Rush. DOCUMENTOS históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p. 266, v. CIX.

⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleções especiais. Lata 195. Maço 4, pasta, 5.

⁴⁶ O projeto de José Bonaparte, ao que tudo leva a crer, foi descoberto pela França, é o que revela um relatório enviado no dia 29 de junho de 1817 ao governo francês, explicando que certo Desnouettes havia se encarregado de comprar uma escuna de trezentas toneladas armada com canhões e outra ligeira, armada de quatro canhões, estava sendo preparada na Filadélfia para seguir viagem para a África. Esta embarcação deveria espionar a posição dos navios ingleses na ilha de Santa Helena e transmitir para Fernando de Noronha informações sobre as operações militares dos ingleses. Segundo os planos, em um dado momento, um ataque seria simulado com a finalidade de atrair atenção das sentinelas montadas na ilha a fim de atrair os navios ingleses, quando então a localidade seria invadida e Napoleão, resgatado. COSTA, J. A. Ferreira da. Napoleão I no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico Geographico Pernambucano*, Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, V. 10, nº 57, p.197-217, 1903.

⁴⁷ Carta de Luís do Rego ao rei, datada de 3 de outubro de 1817. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 126, v. CII.

⁴⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior - IJJ^o, 242, fl. 63. Carta de Correa da Serra para Luís do Rego Barreto, datada de Washington, em 15 de dezembro de 1817; Carta de Correa da Serra a João Paulo Bezerra, datada de Washington, em 5 de fevereiro de 1818. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 244, 363.

⁴⁹ DOCUMENTOS históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 261-262, v. CIII.

⁵⁰ Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (Recife-PE). OR, 1817, fl. 49, 103.

⁵¹ Carta de Correa da Serra para o conde da Barca, datada da Filadélfia, em 25 de julho de 1817, BOURBON, Léon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 316.

⁵² BOURBON, Léon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 326.

⁵³ LIMA, Oliveira. Anotações. In: TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 353-358.

⁵⁴ Carta de Correa da Serra, datada de 30 de agosto de 1817, ao conde da Barca. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 330.

⁵⁵ Carta de Correia da Serra ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 1º de junho de 1818. BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 395-396.

⁵⁶ Sobre esses debates políticos leiam-se: PORTO, Costa. *Os tempos de Gervásio Pires*, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional, 1820-1822*, São Paulo, Hucitec, 2006; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, Ed. 34, 2004; CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013; CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, p. 331-366, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext. Acesso em: 20.12.2014.